



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 11994/13

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC2 TC 2321/2013

1. INFORMAÇÕES GERAIS

ÓRGÃO: IPSEM- Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande
AUTORIDADE HOMOLOGADORA: ANTÔNIO HERMANO DE OLIVEIRA (Presidente)
BENEFÍCIO: Aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais
BENEFICIÁRIO(A): MARIA FRANCISCA MÁXIMO DE OLIVEIRA
CARGO: Fiscal Professor de Educação Básica I
MATRÍCULA: 17.402-5/12.412
LOTAÇÃO: Secretaria de Educação e Cultura
DATA ADMISSÃO: 22/01/2003
DATA NASCIMENTO: 22/07/1958
ATO: Portaria – A nº 0054/2013, publicada no Boletim Oficial do IPSEM, período de 01 a 31.07.2013
IDADE: 55 anos
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 6.995 dias
FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Art. 40, § 1º, inciso I, da CF
VALOR: R\$ 701,47

2. ANÁLISE DA AUDITORIA

Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor(a) legalmente apto(a) ao benefício, estando corretos os dados de tempo de serviço e os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de origem.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB

Na sessão de julgamento, opinou pela legalidade da aposentadoria e concessão de registro ao correspondente ato.

4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os Membros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, acatando a proposta de decisão do Relator, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e conceder registro ao ato de aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais do(a) servidor(a) MARIA FRANCISCA MÁXIMO DE OLIVEIRA, no cargo de Fiscal Professor de Educação Básica I, matrícula nº 17.402-512.412, lotado(a) na Secretaria de Educação e Cultura, tendo como fundamento o art. 40, § 1º, inciso I, da CF, determinando-se o arquivamento do processo.

Publique-se e registre-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 15 de outubro de 2013.

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho
Presidente

Auditor Antônio Cláudio Silva Santos
Relator

Representante do Ministério Público
Junto ao TCE/PB